

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 23, 24 e 25 de outubro de 2021 • Nº 1178 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

DIREITOS HUMANOS

Organizações denunciam Brasil na CIDH

Treze ONGs denunciaram nesta sexta-feira à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) o que caracterizam como um desmonte da política ambiental e um cenário de alto risco a defensores ambientais no

Brasil. As organizações, entre as quais a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Plataforma Dhesca, afirmam

que o país é historicamente um dos que mais matam ativistas e salientam que a postura do governo Bolsonaro agrava um quadro de "perseguição e criminalização por parte dos agentes estatais". **PÁGINA 4**

Arnaldo Niskier

Um sonho impossível

PÁGINA 4

POPULISMO

Guedes defende plano que fura teto e diz preferir abraço social



ABRASIL

O ministro Paulo Guedes (foto) defendeu nesta sexta-feira o plano do governo para turbinar o Bolsa Família, que promove uma manobra para driblar regras fiscais. Ele indicou que o governo deve pisar no freio na austeridade fiscal ao afirmar que é preferível haver um ajuste menos intenso e um "abraço social um pouco mais longo". Guedes fez as declarações à imprensa após receber o presidente Jair Bolsonaro

em seu gabinete. A visita foi tratada como um gesto de aceno ao titular da Economia. O ministro disse que não pediu demissão diante da crise aberta nesta semana e ressaltou que o presidente também não insinuou nenhum movimento nesse sentido. Ao longo da declaração, Guedes disse entender seus subordinados "mais jovens" que pediram demissão, que não aceitaram ceder nas negociações. **PÁGINA 2**

INVESTIDORES

Estrangeiros retiram US\$ 916 mi do Brasil

Os estrangeiros retiraram US\$ 916 milhões do mercado de ações, fundos de investimento e títulos públicos brasileiros em setembro. Os dados foram divulgados pelo BC (Banco Central) nesta sexta-feira. Este é o primeiro resultado negativo desde março, quando o país passou pela segunda onda da pandemia de Covid-19, com alta expressiva no número de casos e mortes, o que gerou instabilidade no mercado. Setembro foi marcado por turbulências na bolsa de valores brasileira, com queda de 6,57% no índice Ibovespa, refletindo o agravamento de crises internas, com inflação e dificuldades na retomada do crescimento econômico, além de incertezas no cenário internacional. No mês, investidores preferiram aplicações mais seguras e houve ingresso líquido de US\$ 676 milhões (R\$ 3,8 bi) em títulos públicos, mas a entrada não cobriu a saída líquida de US\$ 1,6 bilhão (R\$ 9 bi) de ações e fundos. **PÁGINA 2**

ACORDO



DIVULGAÇÃO

Prevent Senior aceita termo e fica proibida de distribuir kitCovid

Representantes da operadora de saúde Prevent Senior assinaram nesta sexta-feira o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) proposto na semana passada pela Promotoria de Saúde Pública. Na ocasião, a empresa pediu sete dias para decidir sobre a adesão ao TAC e uma nova reunião ocorreu nesta sexta-feira na sede do Ministério Público, no centro de São Paulo. De acordo com o documento, a operadora de saúde se compromete a não receitar nem distribuir medicamentos do chamado kit Covid, conjunto de remédios sem comprovação científica para o tratamento de infecções por coronavírus. "Os medicamentos não serão mais fornecidos e serão modificados os procedimentos internos para o tratamento de Covid", disse o promotor Arthur Pinto Filho, responsável pelo TAC. **PÁGINA 3**

ENVENENAMENTO

Entidades criticam decreto de Agrotóxicos

PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -1,34% / 106.296,18 / -1.438,83 / Volume: 43.630.190.592 / Quantidade: 5.825.957										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	-0,64% (set.)	EURO turismo	
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	1,16% (set.)	Compra: 6,6991	Venda: 6,8791	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	35.677,02	+0,21	Taxa Selic (23/09)	6,25%	até o dia 21/out	Compra: 5,7111	Venda: 5,7117	
SUZANO S.A. ON NM	49,20	+1,65	+0,80	GETNET BR UNT	6,70	-19,76	-1,65	PETROBRAS PN N2	27,45	-3,38	-0,96	NASDAQ Composite	15.090,2	-0,82	Compra: 5,7111	Venda: 5,7117	
BBSSEGURIDADEON NM	21,50	+0,80	+0,17	AMERICANAS ON NM	35,42	-10,76	-4,27	VALE ON NM	75,16	-1,64	-1,25	Euro STOXX 50	4.190,85	+0,84	Compra: 5,6276	Venda: 5,6282	
KLABIN SIA UNT N2	22,50	0,00	0,00	BANCO INTER PN N2	14,55	-10,57	-1,72	ITAUUNIBANCO PN N1	24,48	-1,69	-0,42	CAC 40	6.733,69	+0,71	Compra: 5,7129	Venda: 5,8929	
GRUPO NATURA ON NM	39,39	-0,51	-0,20	BANCO INTER UNT N2	43,00	-10,70	-5,15	BRDESCO PN N1	21,25	-1,67	-0,36	FTSE 100	7.204,55	+0,20	Compra: 6,5528	Venda: 6,5534	
EQUATORIAL ON NM	23,84	-0,67	-0,16	LOJAS AMERICPN N1	5,67	-10,00	-0,63	B3 ON NM	13,01	-0,76	-0,10	DAX	15.542,98	+0,46			

DocuSigned by:

Autentico

Acionista

6BF767B5695F4B6...

23-out-21 | 6:15 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Dólar recua e Bovespa reduz perdas com apoio de Bolsonaro a Guedes

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo fechou em queda de 1,34% nesta sexta-feira, a 106.296 pontos. No início da tarde, porém, o recuo chegou a 4,53%, à mínima de 102.853, com o mercado reagindo a rumores sobre a demissão do ministro Paulo Guedes (Economia) após a decisão do presidente Jair Bolsonaro de driblar o teto de gastos para ampliar o benefício pago pelo Auxílio Brasil, programa substituto do Bolsa Família, no ano eleitoral de 2022.

A recuperação parcial ocorreu após Guedes garantir, ao lado de Bolsonaro, que permanecerá no cargo e que não "irá rever a arquitetura fiscal brasileira", embora tenha confirmado que aceitará o aumento nos gastos. Ainda durante a fala de Guedes, a Bolsa subiu 0,01%, oscilando pela primeira vez no azul no pregão, chegando à máxima

de 107.749 pontos.

Mesmo com a redução nas perdas ao final do pregão, o resultado da Bolsa nesta sexta foi o pior em um ano. Em 20 de novembro de 2020, o Ibovespa fechou em 106.042 pontos. Apenas nesta semana, a desvalorização chegou a 7,28%, a maior desde o recuo de 15,63% na semana fechada em 13 de março de 2020, no começo da pandemia. Em 2021, o índice acumula queda de 13,15%.

As declarações do ministro também ajudaram o dólar a recuar 0,74%, a R\$ 5,625. Mais cedo, a moeda americana tinha alcançado a máxima de R\$ 5,755, alta de 1,55% - o maior valor desde o fechamento de 30 de março (R\$ 5,7580).

Os juros futuros mantinham-se sob intensa onda de compra, com as taxas disparando mais 51 pontos-base em alguns vencimentos, aumentando a pressão para o Bacen acelerar o ritmo de aumentos da taxa Selic.

POPULISMO

Guedes apoia plano que fura teto e diz preferir abraço social

BERNARDO CARAM E MARIANNA HOLANDA/FOLHAPRESS

O ministro Paulo Guedes defendeu nesta sexta-feira o plano do governo para turbinar o Bolsa Família, que promove uma manobra para driblar regras fiscais. Ele indicou que o governo deve pisar no freio na austeridade fiscal ao afirmar que é preferível haver um ajuste menos intenso e um "abraço social um pouco mais longo".

Guedes fez as declarações à imprensa após receber o presidente Jair Bolsonaro em seu gabinete. A visita foi tratada como um gesto de aceno ao titular da Economia.

O ministro disse que não pediu demissão diante da crise aberta nesta semana e ressaltou que o presidente também não insinuou nenhum movimento nesse sentido.

Ao longo da declaração, Guedes disse entender seus subordinados "mais jovens" que pediram demissão, que não aceitam ceder nas negociações, mas afirmou que é importante haver um equilíbrio entre os interesses das alas política e econômica.

"Temos que escolher, vamos tirar 10 em fiscal e 0 em social? Abaixa um pouco a média do fiscal e aumenta do social", disse.

"Eu detesto furar teto, mas não estamos aqui só para tirar

Ex-ministro Esteves Colnago assumirá Secretaria de Tesouro e Orçamento

Wellton Máximo/ABRASIL

O ex-ministro do Planejamento Esteves Colnago assumirá o comando da Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento da pasta.

A nomeação foi pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em declaração conjunta ao lado do presidente Jair Bolsonaro.

Colnago substituirá Bruno Funchal, que pediu exoneração alegando motivos pessoais.

O ministério recorreu a soluções internas para reorganizar a equipe econômica.

Assessor especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia, Colnago foi ministro do Planejamento entre abril e dezembro de 2018, no final do governo Michel Temer. De maio de 2016 a abril de 2018, foi secretário executivo do Planejamento, durante a gestão do então ministro Dyogo Oliveira.

10 no fiscal. Nós fomos um dos governos que menos gastaram, então temos que pensar no social também".

Nesta semana, contrariando os interesses de Guedes, Bolsonaro exigiu que o novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, fosse turbinado para um valor de R\$ 400 -o valor médio do Bolsa Família está hoje em R\$ 190.

O ministro defendia um valor mais baixo, de até R\$ 300 e insistia que o reajuste fosse feito com despesas dentro do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação. No entanto, o titular da Economia foi ven-

cido na disputa.

Para atender ao pedido do presidente e após pressão da ala política, a saída encontrada pelo governo foi expandir despesas por meio de um contorno às regras fiscais, que são tratadas por Guedes como o pilar de sustentação da credibilidade do governo.

A manobra para aumentar os gastos sociais também deve permitir uma alta nas verbas de emendas parlamentares, repasses indicados pelos deputados e senadores para obras em suas bases eleitorais.

Na quinta-feira passada, Guedes testemunhou uma de-

bandada de secretários da pasta, que pediram para sair por insatisfação com o drible às regras fiscais.

Pediram demissão o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, o secretário do Tesouro Nacional, Jefferson Bittencourt, a secretária especial adjunta do Tesouro e Orçamento, Gildenora Dantas, e o secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Rafael Araujo.

Os auxiliares de Guedes que deixarão os cargos são responsáveis pela área do ministério que comanda os cofres do governo, conStante alvo de investidas da ala política.

SETEMBRO

Vendas do Tesouro Direto superam resgates em R\$ 1,238 bi

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As vendas de títulos do Tesouro Direto superaram os resgates em R\$ 1,238 bilhão em setembro deste ano. De acordo com os dados do Tesouro Nacional divulgados nesta sexta-feira, as vendas do programa atingiram R\$ 2,882 bilhões no mês passado. Já os resgates totalizaram R\$ 1,644 bilhão, todos relativos a recompras de títulos públicos. Não houve resgates por vencimento, quando

o prazo do título acaba e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram aqueles corrigidos pela taxa básica de juros, a Selic, que corresponderam a 46,2% do total. Os títulos vinculados à inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), tiveram participação de 38,4% nas vendas, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, de 15,3%.

BC

Investidores estrangeiros retiram US\$ 916 mi do Brasil em setembro

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

Os estrangeiros retiraram US\$ 916 milhões do mercado de ações, fundos de investimento e títulos públicos brasileiros em setembro. Os dados foram divulgados pelo BC (Banco Central) nesta sexta-feira.

Este é o primeiro resultado negativo desde março, quando o país passou pela segunda onda da pandemia de Covid-19, com alta expressiva no número de casos e mortes, o que gerou instabilidade no mercado.

Setembro foi marcado por turbulências na bolsa de valores brasileira, com queda de 6,57% no índice Ibovespa, refletindo o agravamento de crises internas, com inflação e dificuldades na retomada do crescimento econômico, além de incertezas no cenário internacional.

No mês, investidores preferiram aplicações mais seguras e houve ingresso líquido de US\$

676 milhões (R\$ 3,8 bi) em títulos públicos, mas a entrada não cobriu a saída líquida de US\$ 1,6 bilhão (R\$ 9 bi) de ações e fundos.

Segundo dados preliminares, até a última terça-feira, outubro permaneceu com resultado negativo nesse tipo de investimento, com saída de US\$ 81 milhões (R\$ 456,9 mi).

Em 12 meses, contudo, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US\$ 41,6 bilhões (R\$ 234,6 bi).

"É difícil saber a razão da saída porque por natureza são investimentos mais voláteis. A retirada ocorre após ingressos significativos (nos meses anteriores), que somam mais US\$ 40 bilhões (em 12 meses)", ponderou o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Segundo ele, os investidores reduziram a exposição em renda variável e aumentaram em

renda fixa, o que é normal em períodos de ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic), que remunera a maior parte dessas aplicações.

"Em certa medida houve uma troca do investidor, que reduziu exposição em ações e aumentou em títulos. Essa troca de instrumento é normal quando há ciclo de aumento de taxa de juros, que torna títulos mais atraentes. Além disso, pode ter ocorrido movimento de realização de lucros (quando o investidor vende o ativo para incorporar os ganhos)", ressaltou Rocha.

Em março do ano passado, quando o vírus chegou ao país, os estrangeiros retiraram US\$ 22 bilhões (R\$ 124,1 bi) do mercado de títulos brasileiros, que registrou resultados negativos até maio.

Esse tipo de investimento normalmente apresenta queda em meses mais turbulentos porque é muito sensível a crises

momentâneas e ruídos.

Já os investimentos diretos no país somaram US\$ 4,5 bilhões (R\$ 25,3 bi) em setembro, abaixo da estimativa do BC de US\$ 5 bilhões (R\$ 28,2 bi). Em 12 meses, foram aportados US\$ 50,4 bilhões (R\$ 284 bi) no país.

Segundo Rocha, os investimentos diretos seguem com fluxos mensais fortes, que se mantêm acima de US\$ 4 bilhões. "O valor ficou ligeiramente abaixo da estimativa do BC, mas se compararmos com o volume de setembro de 2020, de US\$ 3,4 bi, houve aumento interanual de US\$ 1,1 bi", ponderou Rocha.

Em 12 meses até setembro de 2020 foi registrada saída líquida de US\$ 36,9 bilhões.

Para outubro, a autoridade monetária projeta entrada de US\$ 4 bilhões na modalidade. Em outubro, até a última terça, houve ingresso de US\$ 2,42 bilhões.

LEILÃO

Sem disputa, governo do RS vende estatal de gás

CAMILA MACIEL/ABRASIL

O controle da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) foi privatizado nesta sexta-feira em leilão na B3, Bolsa de Valores de São Paulo, pelo valor de R\$ 927,7 milhões. Não houve concorrência. A oferta vencedora, da empresa Compass Gás e Energia, foi igual ao valor de referência.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, presente na cerimônia, considerou positiva a compra, tendo em vista se

tratar de um mercado complexo e recém-transformado com o Marco Regulatório do Gás e ainda com uma empresa que tem um modelo de governança que envolve outros atores, como a Gaspetro.

O diretor de Concessões e Privatização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Abrahão, lembrou que o último leilão no setor de gás no Brasil ocorreu há cerca de 20 anos e que este é o primeiro fora da Região Sudeste.

CÂMARA

Lira culpa Senado e governo por crise no País

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem dito a aliados que o principal culpado pela crise que se instalou nos últimos dias no país é o Senado, e que o governo errou na condução do tema.

Ele responsabiliza a Casa por não ter votado o projeto de lei

que altera o IR (Imposto de Renda), que era o plano inicial de Paulo Guedes (Economia) para dar respaldo ao Auxílio Brasil.

Lira disse a colegas do Congresso que o governo deveria ter enfrentado o debate. Que deveria ter falado publicamente que o Senado estava travando a opção dentro do teto de gastos e que, diante dis-

so, para não abandonar 20 milhões de pessoas, teria que buscar uma alternativa extra-teto.

A reforma do IR é considerada morta por senadores. Segundo relatos, até Guedes já havia jogado a toalha.

Com o projeto parado, o governo passou a buscar outra forma para garantir o Auxílio Bra-

sil. O anúncio do programa veio, então, com uma manobra que dribla a regra do teto de gastos, o que provocou alvoroço no mercado, com queda da bolsa e aumento do dólar.

O presidente da Câmara ainda afirmou que a Casa comandada por Rodrigo Pacheco (DEM-MG) está se curvando às pressões dos bancos.

COOPATUR COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI E TURISMO DO RIO DE JANEIRO LTDA.
CNPJ 28.789.584/0001-45, NIRE 33.4.0000078-1
ERRATA 1 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COOPERADOS.
COOPATUR COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI E TURISMO DO RIO DE JANEIRO LTDA, neste ato representada pelo Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, vem retificar o edital publicado em 22/10/2021, referente à convocação para Assembleia a ser realizada no dia 04/11/2021, para dele constar a alteração abaixo indicada: **ONDE SE LÊ: XI - ASSUNTOS GERAIS; LEIA-SE: XI - A JUSTIFICATIVA DA NÃO REALIZAÇÃO DA AGO; XII - ASSUNTOS GERAIS.** Ficam mantidas as demais determinações contidas no referido Edital. Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 2021. **Filipe Rosa Alves - Diretor Presidente**

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

ENVENENAMENTO

Entidades criticam decreto para aprovação de agrotóxicos

CLAUDIA ROLLI/FOLHAPRESS

O decreto recente que flexibiliza regras sobre agrotóxicos é visto como mais um retrocesso nas políticas ambientais e de saúde. Para organizações que lutam pela redução do uso, o que ocorre em outros países, o Brasil está na contramão do mundo.

Do outro lado, indústria, agronegócio e governo veem as alterações como necessárias para desburocratizar o registro de novos defensivos à medida que a agricultura avança.

O Brasil é o terceiro país que mais usa agrotóxicos em números absolutos, depois de China e EUA, segundo dados da FAO, agência da ONU para alimentação e agricultura.

Com a terceira maior área agropecuária, ocupa a 27ª posição no uso por área plantada, entre 155 nações -5,94 kg por hectare, segundo o ranking da FAO de 2019.

Pesquisadores contestam o cálculo e dizem que grande parte da área é destinada a pastos, não a alimentos, o que faria o país subir no ranking.

Foram vendidas no Brasil 620 mil toneladas de agrotóxicos em 2019, informa o último boletim do Ibama. Do total, 38,3% são "altamente" ou "muito perigosos", e 59,3%, "perigosos". O restante, 2,4%, "pouco perigosos".

O decreto de 7 de outubro (10.833/2021) faz mudanças semelhantes às que já propunha o projeto de lei 6.299/2002, para

no Congresso, conhecido por "pacote de veneno" e alvo de 320 entidades unidas na Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Mas o governo Bolsonaro mudou a lei por decreto. Entre os pontos comuns ao decreto e ao projeto de lei estão novos prazos para acelerar a aprovação de agrotóxicos, maior participação do Ministério da Agricultura nas liberações de produtos e criação de "limites seguros" para que substâncias antes proibidas sejam aprovadas.

A flexibilização do registro é um dos pontos preocupantes, apontam Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), Greenpeace e Inca (Instituto Nacional de Câncer).

"Substâncias que causam câncer, mutação genética e má formação fetal não eram aprovadas no país sob qualquer hipótese, como prevê a lei criada em 1989. O decreto muda isso, ao dizer que, se for possível determinar doses seguras, podem ser registradas. Na prática, acabou a proibição", diz a médica Karen Friedrich, da Fiocruz e da Abrasco.

Na visão do governo, a mudança aumentará a concorrência, com produtos mais modernos, menos tóxicos e de menor custo para produtores.

O decreto também se alinha a propostas do setor privado que o Ministério da Economia já encaminhara à pasta do Meio Ambiente para análise. Uma delas pede redução de exigências para

fabricar agrotóxicos voltados à exportação e assim tornar o Brasil um polo exportador.

Ao explicar o decreto, o Ministério da Agricultura destaca que o registro de agrotóxicos destinados exclusivamente à exportação foi simplificado. "Agora, não será mais necessário que esses produtos estejam registrados para uso no Brasil. Isso aumentará a atratividade de investimentos em plantas industriais de produção para exportação".

Segundo a Abrasco, a mudança abre espaço para fabricar agrotóxicos no país sem a avaliação dos seus impactos para a saúde e o ambiente.

"O país tem potencial para exportar biodefensivos, um mercado crescente, e não agrotóxicos", diz a engenheira química Sonia Corina Hess, pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina. "O governo deveria banir o que já foi banido em outros países, em vez de aceitar ser a lixeira do mundo", diz.

Sobre essa alternativa dos biodefensivos, a pasta da Agricultura afirma ter ampliado as equipes que analisam produtos de base biológica para acelerar suas aprovações, mais rápidas que as de agrotóxicos. Para o órgão, a redução do uso de químicos dependerá da velocidade de pesquisas que identifiquem agentes naturais de controle de pragas.

Segundo a CropLife Brasil, que representa a indústria do setor, defensivos químicos são fundamentais para assegurar a competitividade do agronegó-

cio. "Tiveram papel crucial no aumento de 360% da produção de grãos, com crescimento de apenas 50% de área plantada, observados no Brasil nos últimos 30 anos".

A mudança, para a CropLife, dará mais transparência e segurança jurídica ao processo. "Não é razoável aguardar dez anos para a aprovação de um novo pesticida. No cenário atual, quando um defensivo é autorizado para ser utilizado pelo produtor brasileiro, já existem outros mais modernos sendo usados em outros países. Um prejuízo para as lavouras, os produtores, a economia e o consumidor. É isso que a nova lei deve evitar".

Marcelo Morandi, chefe da Embrapa (Empresa de Pesquisa Agropecuária) Meio Ambiente, diz que os químicos usados hoje são mais eficientes e permitem a redução de doses.

"Apesar do avanço do setor de biodefensivos, ainda não há produtos biológicos que atuam contra ervas daninhas. Esse é um desafio não só no Brasil, mas no mundo".

De janeiro de 2019 a setembro deste ano, 1.215 agrotóxicos foram liberados no país, segundo dados publicados no Diário da União e compilados por Hess. O ritmo de aprovação chama a atenção. De 2005 a 2015, eram cerca de 140 por ano. Só neste ano foram 345.

Dos produtos aprovados e usados no Brasil, 30% têm substâncias ativas já proibidas em países europeus.

PISÃO NO PESÇOÇO

MP volta atrás após denunciar mulher negra que torturada por PM

O Ministério Público de São Paulo voltou atrás três dias após denunciar uma comerciante negra que teve o pescoço pisado por um policial militar durante uma ocorrência em maio do ano passado.

Nesta sexta-feira, a promotora Flávia Lias Sgobi, da 2ª Vara Criminal de Santo Amaro, pediu mais tempo para analisar o caso e disse que desconhecia o vídeo de agressão policial.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, feita na terça-feira passada, a comerciante de 52 anos cometeu quatro crimes: violação de medida sanitária preventiva (ao infringir o Plano São Paulo, que restringia atividades comerciais para prevenção da Covid), resistência, desacato e lesão corporal.

Segundo a denúncia da Promotoria, antes de ser dominada pelos PMs, a comerciante de Parelheiros, zona sul da capital paulista, desacatou os policiais com xingamentos como "seus vermes" e os agrediu por duas vezes.

As agressões, de acordo com a peça do Ministério Público, ocorreram quando a comerciante tentou impedir que os policiais abordassem um cliente em seu bar, que estava aberto em desrespeito às regras da pandemia.

Em seu pedido de mais prazo à Justiça, a promotora afirmou que soube, pelo portal G1 na quarta-feira, que os policiais militares vítimas da lesão corporal cometida pela comerciante haviam sido denuncia-

dos à Justiça Militar.

Após confirmar a denúncia dos agentes de segurança e também a veracidade do vídeo com imagens da violência, Sgobi afirmou que há fatos novos que devem ser analisados pelo Ministério Público. "Considerando que a denúncia ainda não foi recebida e a existência de fatos novos, requeiro nova vista dos autos para melhor análise."

A promotora também criticou a conduta do advogado da comerciante, Felipe Pires Morandini. "Ciente da existência dos vídeos e da denúncia oferecida contra os policiais militares, não trouxe tais fatos aos autos, apenas pronunciando-se diretamente à imprensa após oferecida a denúncia."

De acordo com a promotora, o vídeo era suficiente para inocentar a comerciante e o advogado "faltou com boa-fé e/ou deixou de representar adequadamente a investigada nos autos".

Procurado, Morandini disse, em nota, que causa estranheza o fato de um membro do Ministério Público desconhecer a denúncia contra os policiais militares e também o vídeo, já que o caso teve grande repercussão à época.

As imagens foram divulgadas dias após a morte de George Floyd nos EUA, homem negro que foi assassinado pelo policial Derek Chauvin. O caso provocou protestos em todo o mundo e, assim como Floyd, a comerciante paulistana é negra.

ACORDO

Prevent Senior aceita termo e fica proibida de distribuir 'kit Covid'

MARIANA ZYLBERKAN/FOLHAPRESS

Representantes da operadora de saúde Prevent Senior assinaram nesta sexta-feira o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) proposto na semana passada pela Promotoria de Saúde Pública.

Na ocasião, a empresa pediu sete dias para decidir sobre a adesão ao TAC e uma nova reunião ocorreu nesta sexta-feira na sede do Ministério Público, no centro de São Paulo.

De acordo com o documento, a operadora de saúde se compromete a não receitar nem distribuir medicamentos do chamado kit Covid, conjunto de remédios sem comprovação científica para o tratamento de infecções por coronavírus.

"Os medicamentos não serão

mais fornecidos e serão modificados os procedimentos internos para o tratamento de Covid", disse o promotor Arthur Pinto Filho, responsável pelo TAC.

Caso receite o kit, a empresa vai ser multada em R\$ 10 mil por unidade. A decisão também prevê que todos os beneficiários da Prevent Senior recebam uma cópia do TAC.

A empresa solicitou mudanças no documento original, como a retirada da obrigação da formação de um conselho de gestão, o que foi acatado pela Promotoria.

Foi mantida, porém, a exigência da criação do cargo de ombudsman para receber as reclamações de usuários e encaminhá-las à ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e ao Ministério Público.

A empresa também terá que publicar em veículos de grande circulação um comunicado em que reconhece a não efetividade do kit Covid.

"Esse acordo tem o objetivo de dar mais voz aos beneficiários", disse Aristides Zacarelli Neto, diretor jurídico da Prevent. "A empresa é sólida e saíra muito mais fortalecida desse processo", continuou.

Sobre o pedido de retirada da exigência de formação de um conselho, o diretor jurídico disse que o motivo foi a falta de tempo necessário para a formação desse conselho grupo.

De acordo com o promotor, serão negociados ainda valores de dano moral coletivo. A quantia será discutida com a Prevent Senior em razão da distribuição do

kit Covid e da realização de pesquisa irregular com mais de 600 pacientes para testar a efetividade dos medicamentos.

"O maior erro da empresa foi não dizer que estavam fazendo uma pesquisa", definiu o promotor.

José Erivalter, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, comentou que as denúncias de profissionais do plano são antigas. "Nós recebemos em 2020, logo no início da pandemia, reclamações de médicos dizendo que a Prevent Senior estava fazendo recomendações desapropriadas."

Já o advogado do plano de saúde atribuiu a crise na empresa a forças políticas. "Nós pedimos a investigação do Ministério Público. A verdade será revelada a partir dessa investigação", disse.

Nota

PSOL PEDE QUE JUSTIÇA ANULE VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM SP

A bancada do PSOL na Câmara Municipal de São Paulo protocolou nesta sexta-feira um mandato de segurança pedindo que a Justiça anule a votação que aprovou em 1º turno a nova reforma da Previdência, realizada na semana passada. Dois vereadores que votaram favoravelmente à proposta, Rodrigo Goulart (PSD) e Atílio Francisco (Republicanos), estavam em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, durante a sessão. Os psolistas citam, na ação, o regimento interno da Câmara Municipal, segundo o qual, na interpretação deles, os vereadores precisam estar no município de São Paulo para votar. "Independente do ambiente e forma de votação - se presencial ou virtual.

MARANHÃO

Flávio Dino procura Sarney e costura aliança com ex-rival

CATIA SEABRA/FOLHAPRESS

No último dia 4, o ex-presidente José Sarney (MDB) recebeu a visita de um antigo rival político: o governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB). Improvável até a eleição do presidente Jair Bolsonaro, a conversa aconteceu no apartamento de Sarney, na península da Ponta D'Areia, em São Luís.

O governador pediu apoio do ex-presidente à sua candidatura à cadeira de número 32 da Academia Maranhense de Letras, vaga ocupada por seu pai, Sálvio Dino, até a morte dele, em agosto de 2020, vítima da Covid.

Dino foi eleito na quinta-fer-

ra passada, com 25 dos 35 votos. A aliados o governador chegou a afirmar que Sarney, que é membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), não tinha se comprometido a apoiá-lo. Mas essa narrativa foi interpretada como uma discrição de Dino.

Além dessa eleição para a ABL, no encontro, os dois conversaram sobre o cenário político nacional.

A sucessão estadual não entrou em pauta. Mesmo assim, a reunião foi interpretada, no Maranhão, como uma brecha para uma inédita e antes inimaginável aliança entre o PSB, de Dino, e o MDB, de Sarney, na corrida pelo governo do estado de 2022.

Vice-presidente do MDB maranhense, o deputado estadual Roberto Costa afirma que existe, majoritariamente, disposição de diálogo com Dino em busca de uma saída para a crise nacional.

Uma prova está no alinhamento da bancada do MDB na Assembleia Legislativa. Em 2020, o partido deixou o bloco de oposição, declarando-se independente e passando a apoiar o governo.

Adversária de Dino na eleição de 2018 e presidente estadual do MDB, a ex-governadora Roseana Sarney deverá concorrer à Câmara dos Deputados e, segundo Costa, defende "diálogo com todos".

LITORAL

Investigador é preso por jogar ex de penhasco

O investigador da Polícia Civil de São Paulo, André Araújo Maciel foi preso nesta sexta-feira, suspeito de ter matado uma mulher com quem, segundo a polícia, mantinha um relacionamento extraconjugal em São Sebastião (191 km de SP), no litoral norte do estado. Segundo apurou o Agora, ele negou o crime ao ser preso.

A camareira Claudenora Cristina Henrique Souza, 36, foi vista pela última vez às 18h do dia 28 de setembro saindo do trabalho, também conforme a polícia. "Era o primeiro dia do novo emprego dela", disse a estudante de enfermagem Carolina Pereira de Melo, 21, sobrinha da vítima.

Ela conta que a tia se relacionava com o agente desde junho deste ano, mas que havia rompido o caso há pouco tempo. "Na última semana (em setembro) ele ia direto lá na casa dela chorando e pedindo para voltar, mas a minha tia não queria de jeito nenhum", disse Carolina.

Claudenora era procurada pela família desde 29 do mês passado. Seu corpo só foi localizado na última quarta-feira. Nesse meio tempo, o policial civil chegou a ser ouvido em de-

poimento e negou que tivesse feito qualquer coisa contra a camareira.

Foi então que os investigadores responsáveis pelo caso começaram a rastrear imagens de câmeras de das imediações e perceberam que ela saiu do trabalho e estava aguardando no ponto de ônibus perto do hotel, quando um carro prata parou em frente e ela entrou no veículo. A partir daí, é possível notar que o carro se dirige até a estrada do Pouso Alto.

Segundo a sobrinha da vítima, sua tia só foi localizada após um caminhoneiro avistar uma lona e perceber algo estranho na estrada. Ele então chamou os bombeiros que localizaram o corpo enganchado nas árvores a 70 metros de altura.

O reconhecimento do corpo da camareira foi feito na quinta-feira passada por um de seus filhos. Claudenora não era casada e deixa quatro filhos: de 22 anos, 20 anos, 18 anos e 14 anos.

Casado, o investigador André Araújo Maciel é lotado no 1º DP (Delegacia de Polícia) de São Sebastião. Um colega afirmou que ele era muito eficiente no trabalho, porém, de temperamento explosivo.

Nota

BERTIOGA APLICA DOSE DE REFORÇO EM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA EVITAR QUE VACINA VENÇA

A Prefeitura de Bertiooga (103 km de SP), no litoral paulista, começou nesta sexta-feira a aplicar dose adicional da vacina contra Covid-19 em profissionais da educação que tenham recebido a segunda dose do imunizante até o dia 31 de maio. Segundo a Secretaria de Saúde do município, os imunizantes da Pfizer são remanescentes dos faltosos que não compareceram aos postos para receber a segunda dose da vacina e cujo prazo de vencimento, após descongelamento, é de 30 dias. "As vacinas já vêm do governo do estado descongeladas e não há como o município interferir", afirma a prefeitura, em nota. Ainda de acordo com o texto, para este público não é necessário agendamento online, apenas a apresentação de um documento que comprove o vínculo empregatício -tanto na rede pública quanto na privada-, carteira de vacinação, documento de identidade com foto e CPF.

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Um sonho impossível

Tive na vida alguns amigos inesquecíveis. Um deles foi o judeu gaúcho Luiz Rosemberg, que no Rio fundou a agência de notícias Apla. Era fornecedora de serviços jornalísticos para Bloch Editores e se tornou um amigo inseparável dos que tinham funções de mando em nossa empresa. Quando ele nos visitava era sempre um momento extremamente agradável, pois poderia resultar na aquisição de matérias de primeira qualidade ou até furos de reportagem. Ele também fornecia material para as demais revistas da casa, como até fotonovelas para "Sétimo Céu", da qual eu era diretor.

Um dia, fui surpreendido com o convite para visitar em Madrid a Editora Bruguera, uma das mais importantes da Europa. Era para um estágio, o que aceitei de imediato. Fiquei uma semana na capital espanhola, com um frio de rachar. Mas valeu a pena pelo aprendizado e os contatos realizados. Conheci todo o comando da empresa e os seus planos editoriais. Era uma época em que vicejavam os bolsilivros, moda que também chegou com força ao Brasil. Criada a Editora Bruguera em nosso país, pela ação do Luiz Rosemberg e do seu sócio Luiz Hortal, acompanhamos a sua expansão. Cheguei a traduzir para o português a biografia de Sofia Loren, que fez muito sucesso.

Voltando à viagem, devo confessar que lá pelas tantas cheguei à conclusão de que estava sendo testado para, quem sabe, apesar da minha pouca idade, dirigir a empresa Bruguera em nosso país. Tive contato com diretores e editores, conhecendo pormenores da sua vida. Mas havia nisso tudo um tremendo obstáculo. Eu era diretor em Bloch Editores, ganhava um bom salário, e na verdade não estava disposto a fazer nenhuma aventura, que pudesse colocar em risco a minha estabilidade como chefe de reportagem da revista Manchete. Viajei para Madrid no período de férias a que tinha direito e não estava disposto a passar desse ponto. Disse tudo isso, na volta, ao Rosemberg. Como meu amigo, ele compreendeu perfeitamente a situação.

Tornei-me então, um bom colaborador da Bruguera no Rio de Janeiro. Assim, o que aprendi na Espanha não foi desperdiçado. Tomei amor pelo trabalho editorial, em que me especializei. E jamais esqueci o carinho e o respeito com que fui tratado, sempre, pelo amigo Rosemberg.

ONGs**Organizações denunciam Brasil na CIDH por violar direitos de ativistas**

MAYARA PAIXÃO/FOLHAPRESS

Treze ONGs denunciaram nesta sexta-feira à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) o que caracterizam como um desmonte da política ambiental e um cenário de alto risco a defensores ambientais no Brasil.

As organizações, entre as quais a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Plataforma Dhesca, afirmam que o país é historicamente um dos que mais matam ativistas e salientam que a postura do governo Bolsonaro agrava um quadro de "perseguição e criminalização por parte dos agentes estatais".

Os argumentos apontam que o governo, ao asfixiar a legislação socioambiental, favorece um cenário de vigilância e perseguições a ativistas. São mencionados o sucateamento de instituições públicas voltadas para a defesa do ambiente e a omissão no combate a ilegalidades e crimes ambientais.

Falhas preconceituosas de Bolsonaro também são caracterizadas como discursos racistas. As ONGs apontam, ainda, outro possível desdobramento dessa postura: espreitar pela administração pública ações que contrariem os direitos humanos, em especial os relacionados a populações indígenas e quilombolas.

"Esse posicionamento político-institucional do governo implica diversas consequências no plano das ações dos Executivos de estados e municípios que, em muitos casos, irão reproduzir no âmbito local a postura da União,

instituindo um contexto de absoluta despreteção do ambiente e de seus defensores."

O evento durante o qual foi feita a denúncia integra o 181º período de audiências públicas da CIDH, que teve início de modo virtual na segunda-feira passada e vai até o dia 29. Os encontros já trataram, entre outros temas, do desaparecimento forçado de pessoas em El Salvador e do direito à manifestação pública em Cuba.

Em 2020, o Brasil figurou em quarto lugar no ranking da ONG Global Witness que monitora assassinatos de defensores da terra e do ambiente. Foram 20 ativistas assassinados, a maioria de comunidades tradicionais. Desde 2002, quando o levantamento começou a ser feito, 697 ativistas foram mortos no país.

Para compor a denúncia levada à CIDH, braço consultivo da Organização dos Estados Americanos (OEA), foram resgatados alguns episódios dos quase três anos de governo Bolsonaro. Um deles é o da intimação de Sônia Guajajara a prestar depoimento sob acusação de difamar o governo federal, em abril.

Após coletar as denúncias, a CIDH deve emitir recomendações ao Estado brasileiro sobre o tema. Outra possibilidade -essa mais rara- é a realização de uma visita ao país para analisar a situação.

Na denúncia, as ONGs mencionam ainda o caso do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru-Mirim, no Maranhão, onde lideranças têm sido convocadas a depor num processo que envolve uma propriedade instalada no território indígena.

A fazenda em questão foi desapropriada em 2015 e ainda

precisa passar pelo processo de desintrusão -a retirada dos ocupantes, uma das etapas finais da desapropriação.

As organizações brasileiras afirmam que "a morosidade e a omissão do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em executar os processos de titulação (demarcação de terras) têm levado a um acirramento de conflitos, violência e mortes de lideranças negras, defensoras de seus territórios".

Durante o governo Bolsonaro, houve ainda uma paralisação no processo de reforma agrária. No caso de territórios quilombolas, somente três foram demarcados, e o movimento de ações do tipo é o menor da série histórica, iniciada em 2005.

Um processo de "vigilância e perseguição" também é descrito pelas 13 organizações, que se referem especificamente a autarquias ambientais como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Ainda em 2019, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), então liderado por Ricardo Salles, impôs uma mordada às autarquias, fazendo com que demandas enviadas às assessorias de comunicação dos órgãos fossem diretamente encaminhadas à pasta.

Ilson Karai Okaju, da Comissão Guarani Yvyrupa, outra organização que encabeça a denúncia, diz ver na ação uma chance de dar visibilidade à situação brasileira. "Não somos apenas nós, da aldeia, ou apenas ativistas do Brasil, mas sim defensores de direitos humanos de outros países olhando para isso", afirma.

BAIXADA**Operação prende vereador e policiais**

VITOR ABDALA/ABRASIL

Uma operação conjunta do Ministério Público Estadual (MPRJ), da Polícia Civil e da Corregedoria da Polícia Militar do Rio de Janeiro prendeu nesta sexta-feira o vereador de Duque de Caxias, Carlos Augusto Pereira Sodre, conhecido como Carlinhos da Barreira, e dois policiais militares. Eles são acusados de agiotagem e extorsão. O parlamentar também estaria envolvido com lavagem de dinheiro e fraude em licitação.

A operação Barreira Petrópolis também cumpriu 17 mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos acusados. Bens imóveis e recursos financeiros do vereador também tiveram o sequestro determinado pela Justiça.

De acordo com o MPRJ, o vereador emprestava dinheiro a pessoas físicas e exigia pagamento de juros mensais. Para um empréstimo de R\$ 1 milhão para um empresário do ramo de venda de automóveis, por exemplo, foi exigido pagamento de R\$ 35 mil apenas a título de juros mensais.

AMEAÇA DE MORTE

Ainda segundo o MPRJ, como o empresário não conseguiu honrar o compromisso assumido, o vereador acionou os dois policiais para ameaçá-lo de morte.

Carlinhos da Barreira também é acusado de ser sócio de uma empresa que manteve contratos governamentais entre 2013 e 2016, a partir de uma licitação fraudada. Outras empresas que mantinham contratos governamentais também são suspeitas de repassar recursos para a empresa do parlamentar.

Segundo o MPRJ, as investigações mostraram que o vereador também dissimulou a origem de R\$ 62 milhões provenientes das práticas criminosas. Os nomes dos envolvidos não foram divulgados.

DROGA**Luxemburgo libera plantio de maconha**

Luxemburgo se tornou o primeiro país europeu a permitir que adultos cultivem até quatro pés de cânabis por família para consumo próprio, inclusive recreativo.

A permissão existe no Uruguai desde 2013, no Canadá desde 2018 e em parte dos estados americanos.

De acordo com o pacote de medidas, apresentado por ministros de Segurança Interna, Justiça, Saúde, Educação, Infância e Juventude e Negócios Estrangeiros e Europeus, o objetivo é "lutar de forma eficaz e sustentável contra os problemas relacionados com as drogas ilícitas", principalmente o tráfico, que continua a ser crime.

Também é proibido usar a droga em público e vendê-la: apenas o comércio de sementes passa a ser liberado.

O porte e uso público de até três gramas, porém, deixa de ser crime e passa a ser contravenção, com pena de advertência e multa.

A descriminalização do usuário é semelhante à adota-

da há décadas em Portugal, onde a questão é tratada como um problema de saúde, e não policial. A opção portuguesa tem dado bons resultados.

Já na Holanda, que há 30 anos tem uma política de tolerância ao consumo de maconha, a planta não foi até hoje legalizada, o que leva donos de coffeshops e usuários a questionar se o país não ficará para trás nesse mercado.

O pacote do governo de Luxemburgo não limita a quantidade de sementes que pode ser comprada nem seus níveis de THC (tetrahydrocannabinol), principal elemento psicoativo da planta.

A liberalização tinha sido decidida há dois anos pelos partidos que sustentam o governo de Luxemburgo: liberais, sociais-democratas e verdes.

A legalização da produção e venda de maconha reguladas pelo Estado ainda está em estudo. Os planos são usar as receitas do produto em campanhas de prevenção da dependência, educação e saúde.

GUERRA**Otan tenta disfarçar própria crise com novo plano contra a Rússia**

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

Em meio a uma crise de liderança de seu principal membro, os Estados Unidos, a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) lançou mão do seu motivo de existência para mostrar alguma unidade no primeiro encontro presencial de seus ministros de Defesa desde a pandemia.

Após um encontro de dois dias, encerrado nesta sexta-feira em Bruxelas, a aliança militar ocidental concordou em colocar em prática um plano para tentar resistir ao que chamam de agressão russa nas regiões dos mares Báltico e Negro.

Nada foi revelado, mas foi vazado à imprensa que os preparativos incluíam a previsão de ataques com armas nucleares, guerra cibernética e tecnologia espacial. Nada além do que já está no cardápio do clube criado para conter a União Soviética na Europa em 1949, o que reforça o caráter de tergiversação do anúncio.

"Isso confirma vivamente a correção da decisão russa, adota há vários dias atrás, acerca de encerrar o diálogo oficial (com a Otan). Qualquer diálogo sob tais condições é simplesmente desnecessário", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

O corte de relações ocorreu após a Otan determinar que a missão russa junto à aliança fosse reduzida de 20 para 10 pessoas, e expulsando 8 diplomatas acusados de espionagem. No dia 18, a Rússia suspendeu a sua missão em Bruxelas e mandou fechar o escritório do grupo em Moscou.

Ao jogar holofotes sobre seus problemas com o país de Vladimir Putin, que também nesta sexta criticou duramente o que cha-

WIKIPÉDIA



der Taiwan da China.

Antes do começo do encontro, o secretário-geral da Otan, o norueguês Jens Stoltenberg, havia dito que a missão ocidental no Afeganistão não havia sido um fracasso. Mas admitiu que havia divergência de percepção da retirada entre europeus e americanos, e que o encontro permitiria debater isso de forma franca.

Outro tema central é o foco norte-americano no Indo-Pacífico, que ganhou intensidade nos últimos meses, a começar pelo fim do dispêndio de energia no caso afegão.

A Otan já concordou que a China é uma possível adversária, mas vários de seus integrantes são contrários a uma posição mais agressiva ante Pequim por serem parceiros comerciais do gigante asiático.

O pacto militar de Washington e Londres com a Austrália, por exemplo, gerou enorme desconforto nos franceses, que perderam um bilionário acordo para venda de submarinos à nação na Oceania.

Novamente, em público nada se falou sobre isso. O bode, contudo, segue na sala. Em uma reunião preparatória para o encontro, realizada há algumas semanas em Riga (Letônia), diplomatas franceses deixaram a mesa numa discussão sobre o caso australiano com americanos e britânicos.

A França também provocou tremores dentro da aliança ao firmar um pacto bilateral com a Grécia mirando outro membro da Otan, a Turquia. Atenas é rival histórica de Ancara, e Paris também alimenta grande antipatia no governo de Recep Tayyip Erdogan.

COVID-19**Rio reduz intervalo da vacina da Pfizer**

FOLHAPRESS



As pessoas com 30 anos de idade ou mais que já tomaram a primeira dose da vacina da Pfizer contra o Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro poderão receber a segunda imunização em um prazo menor, agora de 21 dias.

A medida foi anunciada pela prefeitura carioca, sob gestão Eduardo Paes (PSD) (foto), nesta sexta-feira.

"Chegou a hora! Agora o intervalo mínimo entre a primeira e a segunda dose da vacina da Pfizer é de 21 dias para quem tem 30 anos ou mais. É o seu caso? Procure uma unidade de saúde e complete seu esquema vacinal!", anunciou a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) nas redes sociais.

NARVIK RJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA LTDA

CNPJ Nº 29.448.218/0001-95 – NIRE Nº 33.2.1048123-1

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE 21/10/2021 com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Ayrton Senna, nº 2.150, Bloco N, sala 305, parte II, Barra da Tijuca, CEP 22775-003 na totalidade dos sócios DELIBERAM, reduzir o capital social da empresa, conf. Art. 1082, inciso II do CC, obedecida as disposições legais pertinentes, de R\$ 3.845.133,00 (três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil e cento e trinta e três reais), dividido em 3.845.133 (três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil e cento e trinta e três) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas, R\$ 2.903.133,00 (dois milhões novecentos e trinta e três mil e trinta e três) reais, dividido em 2.903.133 (dois milhões novecentos e trinta e três mil e trinta e três) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas. Rio de Janeiro/RJ, 21 de outubro de 2021.

DocuSigned by:

AUTENTICA

Acionista

6BF767B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA

ao fazer o download em nosso site

www.diariodoacionista.com.br